

*7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Abril de 2011*

**ACTA**

**ORDEM DE TRABALHOS**

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências  
. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 31.03.2011

Ponto 4. **CULTURA**

. 25 DE ABRIL DE 1974 - PROGRAMA DE COMEMORAÇÕES DO XXXVII ANIVERSÁRIO

Ponto 5. **CULTURA**

. Distinção  
- Sócio Honorário

Ponto 6. **DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE PISCINAS MUNICIPAIS

- Piscina Municipal de Vila Nova de Anços

6.1. Adjudicação - Correção de Anomalias -

6.2. Adjudicação - Impermeabilização das Caleiras e Tanque de Compensação -

Ponto 7. **ABASTECIMENTO PÚBLICO/ÁGUA**

. Novas Captações e Operacionalização

- Nova Captação em Carregosa - Sistema de Casa Velha

. Ajuste Directo

***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Abril de 2011***

**Ponto 8. PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DE SOURE**

- Correção Material

**Ponto 9. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL**

. Empréstimo a Médio/Longo Prazo

- Financiamento de 5 (cinco) Projectos c/ Participação de Fundos Comunitários

**Ponto 10. APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES  
PATRIMONIAIS//2010**

**Ponto 11. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE  
CONTAS//2010**

Ponto 12. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09.*

**Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações**

***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Abril de 2011***

O Senhor Presidente deu início à reunião, prestando as seguintes informações:

**\* CULTURA**

- No dia 03 de Abril, estivémos presentes em Brunhós, na apresentação de algumas obras já desenvolvidas pela Comissão da Fábrica da Igreja... A Câmara Municipal aproveitou para subscrever publicamente o Protocolo referente ao apoio aprovado para o investimento no Restauro do Retábulo da Igreja... Estiveram presentes o Senhor Reverendo Pároco, os Membros da Comissão da Fábrica da Igreja, os Autarcas e um número significativo de Cidadãos Locais...

- Estivémos igualmente presentes, no dia 10 de Abril, numa das acções do Programa Comemorativo do 77.º Aniversário da Associação Recreativa e Musical do Carvalhal de Azóia... Tratou-se de uma iniciativa onde deu para constatar uma considerável adesão da população local, bem como um apreciável dinamismo cultural...

**\* OFICINAS E ARMAZÉNS**

- Já se iniciou a obra para a Construção do Refeitório/Vestiários e WC dos Trabalhadores da Câmara e de uma zona de apoio, de acordo com o Parecer Técnico emitido pelo Ministério do Trabalho... Este investimento irá, neste domínio, permitir um salto qualitativo de inegável significado.

**\* RECURSOS HUMANOS**

- Está também em curso um investimento significativo na aquisição de equipamento de protecção individual para os trabalhadores ligados às “brigadas de serviço externo”, nos mais diversos domínios...

**\* REVISÃO DO REGULAMENTO DE TRÂNSITO DA VILA DE SOURE**

Tal como foi dito na última reunião, no que diz respeito ao processo relativo à Revisão do Regulamento de Trânsito da Vila de Soure, temos vindo a desenvolver uma experiência que, acreditamos, venha a dar bons resultados... A parte Norte da Vila de Soure, do Centro de Saúde até praticamente à Câmara Municipal, apanhando a Rua António José Carvalho Ventura, a Avenida dos Bombeiros Voluntários, a Rua João Albuquerque... todos esses arruamentos têm já aplicada a nova sinalização... Está também a decorrer, nessa parte da Vila, o processo

### ***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Abril de 2011***

didático/pedagógico de interiorização de comportamentos em conformidade, com a colaboração da GNR, não para punir mas para ajudar a esclarecer...

A equipa da Câmara Municipal está também já a procurar ultimar a extensão desta mudança ao resto da Vila... Depois de tudo implementado, iremos avaliar os resultados deste período experimental, para apresentarmos, conforme determina a ambiência legal aplicável, uma proposta de Revisão, quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal...

O Senhor Vice-Presidente Dr. Santos Mota referiu que: “no âmbito da política de proximidade, no dia 03 de Abril, estivemos numa iniciativa social e desportiva promovida pelo Grupo Desportivo Cascos e Rolhas, no 6.º Passeio de “Pasteleiras”, que envolveu mais de 100 participantes. Havia bicicletas com mais de cinquenta anos, muitas delas a lembrar outros tempos, em que estes veículos eram utilizados como meio transporte. Actualmente a realidade é totalmente oposta, as bicicletas são utilizadas, essencialmente, para fins desportivos e de lazer.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “no âmbito da política de proximidade, no dia 01 de Abril, estivemos presentes numa iniciativa promovida pelo Agrupamento de Escolas de Soure, concretamente pelo Grupo de Francês que organizou um jantar, em articulação com o Curso de Hotelaria. Os alunos do Curso de Hotelaria organizaram o jantar, o que constituiu também uma forma de treinar os seus conhecimentos, com uma ementa da gastronomia francesa.

No dia 08 de Abril, estive na Associação Desportiva e de Solidariedade da Freguesia da Vinha da Rainha, na cerimónia de entrega dos Certificados do Curso EFA de Acompanhamento de Crianças, a catorze formandas. Também um exemplo feliz na área da Educação de Adultos e do Programa *Novas Oportunidades*.

Hoje mesmo, recebemos aqui um grupo de cinquenta pessoas de uma IPSS, constituída por aposentados da Segurança Social, o Centro Comunitário de Desenvolvimento e Solidariedade Social de Coimbra. Este grupo tem vindo a fazer visitas a todos os Concelhos do Distrito de Coimbra. Recebemo-los no Salão Nobre e de seguida, o grupo fez a *Viagem no Tempo em Soure*, numa visita guiada ao património edificado pela Técnica Superior da Biblioteca Municipal.”

***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Abril de 2011***

O Senhor Vereador Mário Jorge Nunes referiu que: “duas notas, uma tem que ver com iniciativas de Terras de Sicó e com o Concurso “As 7 Maravilhas da Gastronomia”. A Associação Terras de Sicó avançou com duas Candidaturas, uma na secção de entradas, com o Queijo do Rabaçal - DOP e outra na secção de pratos de carne, com o Cabrito do Sicó. Qualquer um destes dois produtos tem uma forte presença e participação do Concelho de Soure, temos as queijarias que comercializam queijo certificado, Queijo do Rabaçal - DOP e o Cabrito do Sicó que costuma estar sempre presente na nossa Gastronomia do Concelho. No fim de semana de 14 e 15 de Maio, decorrerá o Fim de Semana Gastronómico, no Centro Social de Malavenda e Cabeça da Corte - Freguesia de Pombalinho, onde este prato do cabrito já é uma referência.

Uma outra nota tem a ver com uma campanha que iniciámos o ano passado, de recolha e abate de viaturas abandonadas. Fez-se uma primeira intervenção na sede do Concelho onde detectamos, na altura, seis viaturas que estavam em situação de abandono na via pública ou em espaços públicos. Na Vila de Soure foram seis viaturas, duas estão na nossa posse para abate, que é o tal processo findo, pronto a ir para uma situação de desmantelamento legal; as outras quatro, os proprietários acabaram por aparecer e assumiram a retirada das mesmas. Já no início deste ano, o Senhor Presidente mandou desenvolver uma acção idêntica de fiscalização, na Granja do Ulmeiro, onde foram inventariadas oito viaturas nessa situação. Neste momento, já estão resolvidas as situações de quatro viaturas e continuam os processos para as outras quatro. O procedimento destes casos processa-se da seguinte forma: é feita uma acção de descrição pela nossa equipa de fiscalização, o fiscal faz uma informação, volta a passar pelo local um mês depois e verifica se a viatura se mantém no mesmo sítio que, segundo o Código da Estrada, é uma situação de estacionamento abusivo e dá-nos o direito de tirar de lá a mesma. Depois há um processo de notificação e averiguação de garantias que a viatura tenha, quer seja perante bancos, penhoras, processo em Tribunal etc...”

A Senhora Vereadora Dra. Sónia Vidal referiu que: “tenho a informação de que o Cemitério de Pombalinho está, neste momento, com uma ocupação elevada, verificando-se a urgente necessidade de um alargamento do mesmo. Pretendo saber que diligências é que estão a ser tomadas neste sentido.”

### ***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Abril de 2011***

O Senhor Presidente referiu que: “relativamente ao Cemitério de Pombalinho... a Câmara Municipal, no Mandato anterior, aprovou a aquisição de dois terrenos ao lado do Cemitério existente tendo em vista promover o alargamento do mesmo... Estamos, na prática, a procurar dar resposta social num domínio que é competência legal da Junta de Freguesia e não da Câmara Municipal... Ainda assim, a Câmara Municipal neste, como noutros casos, não tem deixado de procurar articular esforços, ajudar até as Juntas de Freguesia a resolver problemas que no plano legal lhes cabia resolver... A agravante é que a(s) Junta(s) de Freguesia, ao longo dos tempos, vai(ão) vendendo os covais a seu belo prazer, fica(m) com esse dinheiro como receita e esgota(m) a capacidade do(s) Cemitério(s)... Faz(em) essa receita e investe(m) como bem entende(m), esgota(m) a área e depois vêm pedir à Câmara Municipal que lhe(s) ofereça um terreno para ampliar o Cemitério...

Em Pombalinho, o processo teve uma “primeira fase” em que, já há vários Mandatos, o então Presidente de Junta defendia que a ampliação do Cemitério fosse em todo o terreno atrás da Igreja e do Centro Paroquial... Na altura tive a oportunidade também numa intervenção pública de dizer que considerava essa possibilidade um “crime lesa pátria”, uma incompreensível agressão ambiental... um Centro Paroquial reabilitado ter, no “degrau de baixo”, um Cemitério?... Então, para evitar isso, aprovámos em reunião de Câmara a compra de dois terrenos... Com a compra desses terrenos, procedemos ao transporte de toneladas de terras para colocá-los ao mesmo nível e usámos o muro que existia como mero elemento demarcador... Entretanto, o processo parou...

Muito recentemente, depois de alguns contactos do Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Pombalinho, designadamente aquando da visita do Senhor Bispo de Coimbra à Freguesia de Pombalinho, foi acordada uma ida à Freguesia... Durante a mesma, juntei-me ao Técnico Eng.º Mauro e ao Encarregado, Senhor Manuel Rodrigues, no sentido de conversarmos com o Senhor Presidente da Junta e de lhe darmos nota de quais os terrenos que a Câmara Municipal tinha deliberado comprar, quais as aquisições que estavam escrituradas e pagas... Isto pode parecer um elemento negligenciável, mas não o é, pois legalmente, não basta dizer que temos aqui este terreno e que vai haver Cemitério... É preciso a CCDRC, após consulta, considerar que um terreno, mesmo com um Cemitério ao lado, tem condições/aptidão para dar resposta de Cemitério...

Essa reunião de trabalho com o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Pombalinho, no plano educacional, não correu bem... O Senhor Presidente de Junta, entre outros, fez um comentário do estilo “*a Junta de Freguesia ainda vai fazer o Cemitério no terreno onde esteve para ser...*” sorri e sugeri-lhe que consultasse a Lei

***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Abril de 2011***

aplicável e que procurasse perceber quem tem competência legal para o fazer... também lhe sugeri que avaliasse quem tem competência legal para licenciar... É a Junta de Freguesia que tem competência legal para investir, mas é a Câmara Municipal que tem competência legal, após parecer da CCDRC, para licenciar...

A Câmara Municipal irá procurar ajudar, mesmo tratando-se de um investimento que, legalmente, compete à Junta de Freguesia realizar... Os serviços técnicos estão a ultimar a obtenção do Parecer da CCDRC, estão a avaliar a forma mais económica de aproveitar os terrenos que adquirimos... Observe-se que o primeiro projecto desenvolvido para ampliação do Cemitério com os terrenos adquiridos, a ser concretizado significaria uma coisa deste género: aumentar a capacidade em, apenas, sensivelmente meia centena de covais, mas termos que investir qualquer coisa como 100.000,00 euros, isto é, cada coval a mais custaria  $\approx$  2.000,00 euros...

Neste momento, os serviços têm estado a avaliar a possibilidade de, em vez de haver um investimento num muro de betão, se recorrer a uma solução alternativa mais económica... Um outro muro com a mesma capacidade de garantir a impermeabilização, a mesma eficácia no plano da segurança, mas bem mais barato... Um muro que utilize laje de pedra da Região do Sicó, existente um pouco ao abandono nos Baldios locais... Assim, estamos a avaliar uma solução ambientalmente adequada e, acima de tudo, que implique um investimento mais económico, compatível com o alargamento da resposta que vai ser dada...

A seu tempo essa matéria virá à reunião de Câmara, para apreciação..."

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências  
. Licenciamento de Obras Particulares**

*Foi tomado conhecimento do(s) licenciamento(s) de obras particulares verificado(s) no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----*

**Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 31.03.2011**

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Acta. -----*

**7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Abril de 2011**

**Ponto 4. CULTURA**

**. 25 DE ABRIL DE 1974 - PROGRAMA DE COMEMORAÇÕES DO XXXVII ANIVERSÁRIO**

Foi presente a seguinte proposta:

***Proposta***

**Assunto: CULTURA**

. . . . .

À semelhança dos anos anteriores, foram já realizadas algumas reuniões de trabalho, com o objectivo de preparar as . . . . . “ . . . ”.

Nestas reuniões, coordenadas pela **CÂMARA MUNICIPAL**, participou uma Comissão constituída pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal, um representante de cada bancada e representantes das várias instituições escolares do Concelho.

Esta Comissão concordou, por unanimidade, com a realização das actividades propostas pela **CÂMARA MUNICIPAL** e que constam do Programa em anexo.

Considerando a importância do evento a comemorar e o envolvimento no Programa, quer da comunidade em geral, quer da população escolar e agentes culturais do Concelho, proponho a concretização das suas Actividades, bem como a aprovação das despesas correspondentes, previstas nas Grandes Opções do Plano - PPI e AMR - e Orçamento para 2011.

A Vereadora\*  
(Ana Maria Treno, Dra.)  
2011.04.08

\* Por Delegação de Competências, Despacho  
do Exmo. Senhor Presidente da Câmara de 06.11.2009

*Deliberado, por unanimidade, aprovar o Programa proposto, assim como autorizar a realização das despesas dele decorrentes. \_\_\_\_\_*



***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Abril de 2011***

**Ponto 5. CULTURA**

**. Distinção**

**- Sócio Honorário**

O Senhor Presidente referiu que: “o Senhor Presidente da Direcção da Associação Cimeirense de Solidariedade Social, António Campos Ramos, entendeu propor à Assembleia Geral da mesma que fosse atribuída à Câmara Municipal a categoria de Sócio Honorário... A Assembleia Geral aprovou essa Proposta e a Câmara Municipal só deve congratular-se e sentir-se honrada com a distinção!!!...”

*Foi tomado conhecimento.* -----

**Ponto 6. DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

**. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE PISCINAS MUNICIPAIS**

**- Piscina Municipal de Vila Nova de Anços**

**6.1. Adjudicação - Correção de Anomalias -**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **DESPORTO E TEMPOS LIVRES**  
**CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DE PISCINAS MUNICIPAIS**  
**PISCINA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE ANÇOS**  
**CORRECÇÃO DE ANOMALIAS**  
**ADJUDICAÇÃO**

Por deliberação de 23.02.2011 foi decidido recorrer à figura de **ajuste directo**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

A empresa consultada apresentou a seguinte proposta:

EMPRESA	VALOR	PRAZO
Construções Alberto Vasco, S.A.	4.490,00 €	15 DIAS

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é inferior ao preço base (4.500,00 €), os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **Construções Alberto Vasco, S.A..**

***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Abril de 2011***

Tratando-se de um contrato de empreitada de obras públicas de complexidade técnica muito reduzida e não excedendo o preço contratual 15.000,00 €, é dispensada a redução a escrito do mesmo – vide alínea d) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP -.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA.

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, depende da publicitação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da internet dedicado aos contratos públicos ([www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt)) – ver art. 127.º do CCP -.

**Conclusão:**

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. **Dispensa da audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **Construções Alberto Vasco, S.A.**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **4.490,00 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração superior,  
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais  
(Mário Monteiro, Eng.º)  
04.04.2011

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica do Senhor Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais. ---*

**6.2. Adjudicação - Impermeabilização das Caleiras e Tanque de Compensação -**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **DESPORTO E TEMPOS LIVRES**  
**CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DE PISCINAS MUNICIPAIS**  
**PISCINA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE ANÇOS**  
**IMPERMEABILIZAÇÃO DAS CALEIRAS E TANQUE DE COMPENSAÇÃO**  
**ADJUDICAÇÃO**

Por deliberação de 23.02.2011 foi decidido recorrer à figura de **ajuste directo**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

A empresa consultada apresentou a seguinte proposta:

EMPRESA	VALOR	PRAZO
Cardoso & Carvalho, Ldª	6.200,00 €	15 DIAS

## ***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Abril de 2011***

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é inferior ao preço base (6.230,00 €), os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **Cardoso & Carvalho, Lda**.

Tratando-se de um contrato de empreitada de obras públicas de complexidade técnica muito reduzida e não excedendo o preço contratual 15.000,00 €, é dispensada a redução a escrito do mesmo – vide alínea d) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP -.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA.

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, depende da publicitação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da internet dedicado aos contratos públicos ([www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt)) – ver art. 127.º do CCP -.

### **Conclusão:**

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. **Dispensa da audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **Cardoso & Carvalho, Lda**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **6.200,00 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração superior,  
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais  
(Mário Monteiro, Eng.º)  
31.03.2011

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica do Senhor Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais. —*

### **Ponto 7. ABASTECIMENTO PÚBLICO/ÁGUA**

#### **. Novas Captações e Operacionalização**

#### **- Nova Captação em Carregosa - Sistema de Casa Velha**

#### **. Ajuste Directo**

Foram presentes as seguintes informações:

**Assunto:** ABASTECIMENTO PÚBLICO /ÁGUA, DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO  
ÁGUA – NOVAS CAPTAÇÕES E OPERACIONALIZAÇÃO  
SISTEMA DE CASA VELHA – NOVA CAPTAÇÃO EM CARREGOSA  
ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista à execução da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Exª a aprovação dos seguintes pontos:

#### **1. ESCOLHA DE PROCEDIMENTO PRÉVIO:**

Sugere-se a adopção da modalidade de ajuste directo, uma vez que o preço base é de **53.000,00 euros**, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecidos para o recurso ao procedimento de ajuste directo – cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro -.

## ***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Abril de 2011***

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer do Presidente da Câmara Municipal quer da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a **149.639,36 euros** – cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 18º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho -.

O encargo previsto para a presente empreitada tem em parte dotação no orçamento para o presente ano de 2011 pela rubrica **03.03.07.03.03.07** e trata-se de acção inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **08.001 2011/156**.

### **2. PROCESSO**

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em Anexo.

### **3. JÚRI**

1. **Presidente:** João Eduardo Dias Madeira Gouveia, Dr.;
2. **Vogal:** Santos Mota, Vice-Presidente (substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos);
3. **Vogal:** Mário Monteiro, Engº;
4. **Suplentes:** Rui Fernandes, Arq.
5. **Suplente:** Fernando Cavacas, Dr.

### **4. CONSULTAR A(S) SEGUINTE(S) ENTIDADE(S)**

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do artigo 114º do Código dos Contratos Públicos, às seguintes entidades:

- **Personda – Sociedade de Perfurações e Sondagens, S.A.;**
- **Leirisonda – Furos e Captação de Água, Lda;**
- **Sondalis – Captações de Água, Lda;**
- **Sondagens do Oeste, S.A.;**
- **Sondagens Batalha, Perfurações e Captações de Água, Lda.**

À consideração superior,  
O Chefe de Divisão de O.P.M.  
(Mário Monteiro, Eng.º)  
11.04.2011

c

**Assunto: ABASTECIMENTO PÚBLICO/ÁGUA, DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**  
**. ÁGUA – Novas captações e operacionalização**  
**. Sistema de Casa Velha - Nova captação em Carregosa**

O sistema de abastecimento de água de “Casa Velha”, tem como origem a captação localizada nas proximidades daquela localidade.

No âmbito do fornecimento de água às populações abrangidas pelo sistema, os serviços responsáveis pela sua exploração têm vindo a constatar, nos períodos de maior consumo de água - as épocas de Verão, que os níveis de água no furo baixam significativamente, tendo inclusive, em períodos especialmente críticos, esse rebaixamento obrigado à paragem da bomba.

## ***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Abril de 2011***

Nestas condições, torna-se imperioso promover o reforço da captação de água para abastecimento das populações abrangidas pelo sistema em causa, de forma a garantir o seu normal funcionamento e prevenir possíveis faltas de água.

Com esse objectivo propõe-se a execução, por empreitada, de um novo furo de captação de água para reforço do abastecimento ao sistema de Casa Velha, com um custo estimado de 53.000,00€, com recurso ao ajuste directo e consulta às seguintes entidades:

1. Personda - Sociedade de Perfurações e Sondagens, SA;
2. Leirisonda – Furos e Captação de Água, Lda.;
3. Sondalis - Captações de Agua, Lda.;
4. Sondagens do Oeste, SA;
5. Sondagens Batalha, Perfurações e Captações de Água, Lda.

À consideração superior

(Mário Monteiro, Eng.º.

Chef. Div. O.P.M)

2011-04-11

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----*

### **Ponto 8. PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DE SOURE - Correção Material**

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: **PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DE SOURE  
CORRECÇÃO MATERIAL**

O Plano de Pormenor da Zona Industrial de Soure foi aprovado na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Soure em 3 de Novembro de 1990 e publicado no Diário da República 2ª Série, nº 82 de 07 de Abril de 1992.

De acordo com a informação técnica da Chefe de Divisão de Obras Particulares, datada de 06/04/2011, tem-se constatado a existência de erros materiais patentes e manifestos nas plantas do Plano de Pormenor, eventualmente decorrentes de défice de diagnóstico e de ponderação da situação existente, em lotes com edifícios construídos e com limites bem definidos que não foram devidamente considerados.

Deste modo a Divisão de Obras Particulares propõe a correção da Planta de Implantação do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Soure, em três situações concretas cujas propostas apresenta e fundamenta, a referir:

***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Abril de 2011***

- Omissão de limite entre dois lotes, correcção do polígono de implantação e correcção de áreas Lote nº 7 no actual PP;
- Correcção do limite entre dois lotes e respectivas áreas Lotes nº 3 e 4;
- Correcção do polígono de implantação Lote nº 10;

O n.º1 do artigo 97.º-A do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Dec.-Lei n.º380/99, de 22/09, prevê a possibilidade de se efectuarem correcções materiais e rectificações dos instrumentos de gestão territorial, nos quais se inclui o Plano de Pormenor da Zona Industrial de Soure, para acertos de cartografia, determinados por incorrecções de cadastro, de transposição de escalas, de definição de limites físicos identificáveis no terreno, bem como por discrepâncias entre plantas de condicionantes e plantas de ordenamento; correcções de erros materiais, patentes e manifestos, na representação cartográfica; e correcções de regulamentos ou de plantas determinadas por incongruência entre si.

Atenta a fundamentação da proposta de correcção da Planta de Implantação do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Soure, apresentada pela Divisão de Obras Particulares, as correcções pretendidas subsumem-se nas alíneas a) e b) do n.º1 do artigo 97.º-A.

Nos termos dos n.ºs 2 e 5 do referido artigo 97.º-A, as correcções materiais propostas, podem ser efectuadas a todo o tempo por declaração da entidade responsável pela elaboração do instrumento de gestão territorial, neste caso a Câmara Municipal, sendo publicadas na mesma série do Diário da República em que foi publicado o instrumento de gestão territorial objecto de correcção, ou seja, no presente caso na 2.ª Serie.

No entanto, nos termos do n.º3 do mesmo artigo 97.º-A declaração supra referida é comunicada previamente ao órgão competente para a aprovação do instrumento de gestão territorial, neste caso em concreto a Assembleia Municipal, e à comissão de coordenação e desenvolvimento regional competente e remetida para depósito, nos termos do artigo 150.º.

**Em face do exposto sugere-se, que:**

- a) **Nos termos propostos pela Divisão de Obras Particulares, a Câmara Municipal, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 97.º-A do Dec.-Lei n.º380/99, de 22/09, delibere declarar a correcção material da Planta de Implantação do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Soure, nos termos propostos pela Divisão de Obras Particulares, do seguinte modo:**

“Correcção de erros materiais patentes e manifestos, a efectuar na Planta de Implantação do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Soure, decorrentes de défice de diagnóstico e de ponderação da situação existente:

Planta de Implantação:

Lote 7: Repor o limite entre os dois lotes; correcção da mancha de implantação dos edifícios, das áreas dos lotes e das áreas de implantação e de construção.

Lotes 3 e 4: corrigir o limite entre os dois lotes, as áreas dos lotes, as áreas de implantação, e as áreas de construção.

Lote 10: Correcção do polígono de implantação.”

- b) **Ao abrigo do n.º3 do artigo 97.º-A do Dec.-Lei n.º380/99, de 22/09, a declaração de rectificação e respectiva cartografia corrigida seja remetida à Assembleia Municipal e à comissão de coordenação e desenvolvimento regional competente e remetida para depósito; Posteriormente,**

***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Abril de 2011***

- c) **Proceda-se à publicação na 2.ª Série do Diário da República, da declaração de rectificação e respectiva Planta de Implantação e quadro síntese, corrigidos.**

À consideração superior,  
O Jurista,  
(Edgar J. Domingues, Dr.)  
11.04.2011

DESPACHO:  
À Senhora Chefe de Divisão  
Eng.ª Maria José Carvalho  
- Proceda-se em Conformidade.  
À Reunião de Câmara  
Soure 12/04/2011  
O Vereador\*  
Mário Jorge Nunes  
\*Competências delegadas por Despacho do  
Senhor Presidente de Câmara de 06/11/2009

e

**assunto:** Plano de Pormenor da Zona Industrial de Soure  
Correcção material

### **I. Enquadramento**

O Plano de Pormenor da Zona Industrial de Soure foi aprovado na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Soure em 3 de Novembro de 1990 e publicado no Diário da República 2ª série, nº 82 de 07 de Abril de 1992.

Este Plano sofreu uma alteração e ampliação, aprovada na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Soure em 11 de Setembro e 22 de Dezembro de 1992 e publicada na 1ª série – B, nº 210 de 7 de Setembro de 1993.

Voltou a sofrer nova alteração e ampliação, aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Soure, em 24 de Fevereiro de 2006 e publicada no Diário da República, 2ª série, nº 13, de 18 de Janeiro de 2008.

Não obstante as aprovações das alterações atrás aludidas, ainda assim, tem-se vindo a constatar a subsistência de alguns erros materiais patentes e manifestos nas plantas do Plano de Pormenor, eventualmente também decorrentes de défice de diagnóstico e de ponderação da situação existente, em lotes com edifícios construídos e com limites bem definidos que não foram devidamente considerados.

Assim, torna-se necessário e adequado que se proceda à aprovação de nova planta de implantação com a informação correcta.

## ***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Abril de 2011***

Concretamente, as correcções propostas apenas se traduzem em mudanças pontuais de natureza clarificadora da representação gráfica, e não em mudanças da estratégia e regulamentação base subjacentes à versão aprovada do Plano de Pormenor.

O presente procedimento de correcção material enquadra-se nas a) e b) do nº 1 do artigo 97º-A, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, DL 316/2007, de 19 de Setembro com as alterações introduzidas pelo DL 46/2009, de 20 de Fevereiro.

Neste contexto, sugere-se a aprovação da correcção de três situações concretas cujas propostas se apresentam de seguida com a respectiva fundamentação.

### **II. Fundamentação e Propostas**

#### **1. Omissão de limite entre dois lotes, correcção do polígono de implantação e correcção de áreas Lote nº 7 no actual PP**

O actual lote nº 7 tem dois edifícios construídos contíguos com dois artigos matriciais distintos, que correspondiam a dois lotes no anterior Plano de Pormenor, lotes nº 9 e 10, o que se comprova com as certidões da conservatória e no desenho nº 3 planta da situação existente e cadastro, e que à época pertenciam ao mesmo proprietário.

O anterior lote 10 tem um edifício licenciado, processo nº 362/87, que foi vendido no decorrer do processo de alteração e ampliação do Plano de Pormenor.

Ou seja, quando terminou o processo de alteração e ampliação do Plano, os lotes nº 9 e 10 já pertenciam a proprietários diferentes, e o Plano juntou-os num só lote, o número 7.

Também o levantamento dos edifícios construídos não correspondeu ao existente nem o limite de lote foi posicionado na separação entre os dois edifícios.

Parece óbvio neste caso, que na avaliação subjacente à elaboração da alteração e ampliação do Plano, não foi feito um correcto diagnóstico da realidade, ou seja, tratava-se de dois lotes distintos com edifícios autónomos pertencentes ao mesmo proprietário, em vez de um único lote.

Neste caso, estamos perante várias situações com limites físicos identificáveis no terreno que não foram devidamente analisadas.

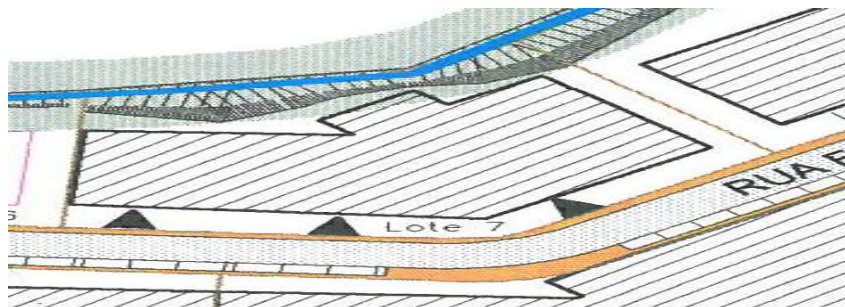
Propõe-se a reposição da situação anterior, ou seja repor a linha de divisão os lotes de acordo com a realidade com a respectiva correcção de áreas.

Também a mancha de implantação no anterior lote nº 9 não corresponde ao edifício construído, pelo que se propõe a sua correcção.

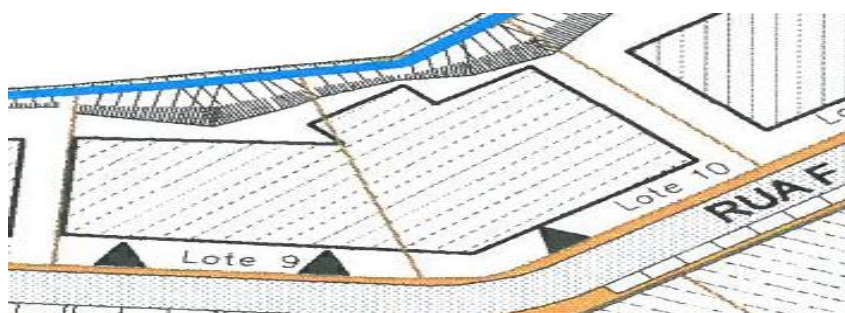


*7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Abril de 2011*

Lote nº 7 no actual Plano de Pormenor:

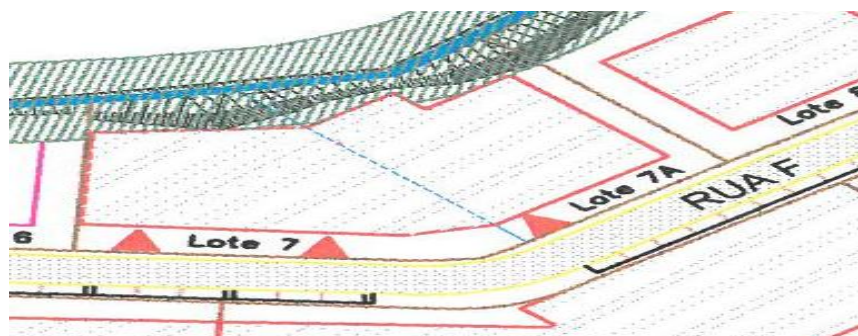


Planta da situação existente e de cadastro no actual Plano de Pormenor:



**Proposta:**

- Repor o limite entre os dois lotes;
- Correção da mancha de implantação dos edifícios;
- Correção das áreas dos lotes;
- Correção das áreas de implantação e de construção;



***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Abril de 2011***

**2. Correção do limite entre dois lotes e respectivas áreas**

**Lotes nº 3 e 4**

Os lotes nº 3 e 4 têm edifícios construídos contíguos, sendo o limite físico de separação entre os lotes a parede que separa os dois edifícios.

As áreas destes dois lotes apresentadas no Plano de Pormenor são distintas da realidade, em virtude de o limite físico de separação entre os lotes ter sido incorrectamente representado.

O limite entre os dois lotes sempre foi a parede que separa os dois edifícios que são contíguos, pelo que se propõe a correção da linha divisória de acordo com o limite físico existente e a respectiva correção de áreas.

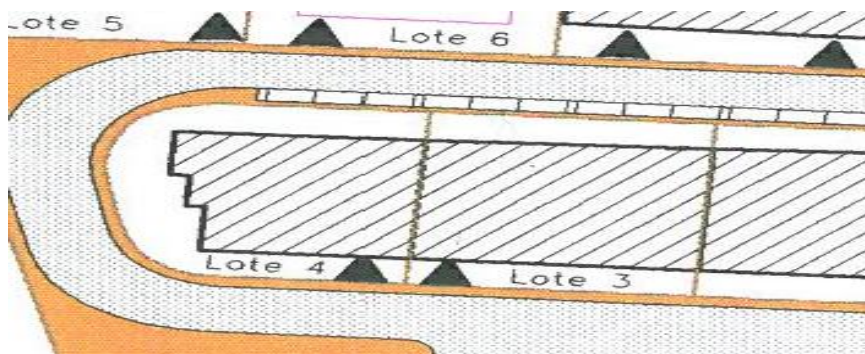
Nº Lote	Área PP (m²)	Área Corrigida (m²)
3	1.050	880
4	1.010	1.180
Total	2.060	2.060

Fotografia dos edifícios, sendo o amarelo e vermelho do lote 3 e o branco ao fundo, do lote 4



*7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Abril de 2011*

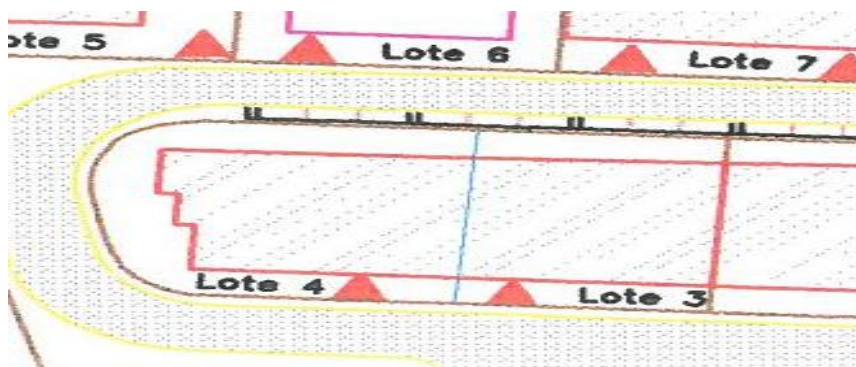
Limite entre os lotes 3 e 4 no actual Plano de Pormenor



**Proposta:**

- Corrigir:

- a) o limite entre os dois lotes;
- b) as áreas dos lotes;
- c) as áreas de implantação;
- d) as áreas de construção



**3. Correção do polígono de implantação**

**Lote nº 10**

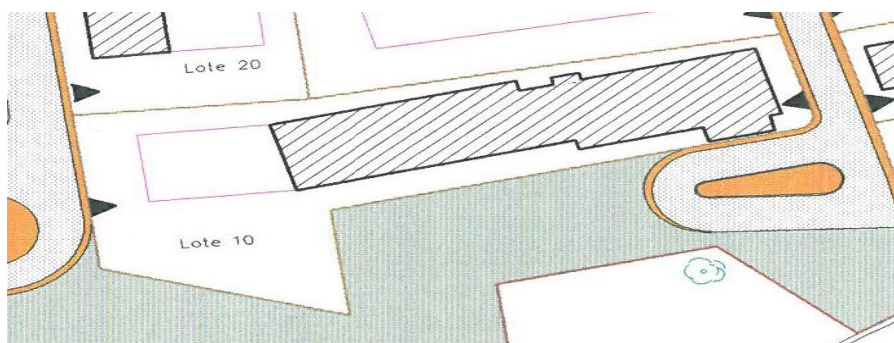
O lote nº 10 tem um edifício industrial construído que não é exactamente igual à mancha de implantação definida no Plano de Pormenor, sendo a diferença um pormenor gráfico que claramente foi um erro na representação cartográfica.

***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Abril de 2011***

A comprovar esta situação está o processo de licenciamento industrial recebido na Câmara de Soure em 2004, com a implantação do edifício com a situação actual e em desconformidade com o Plano de Pormenor.

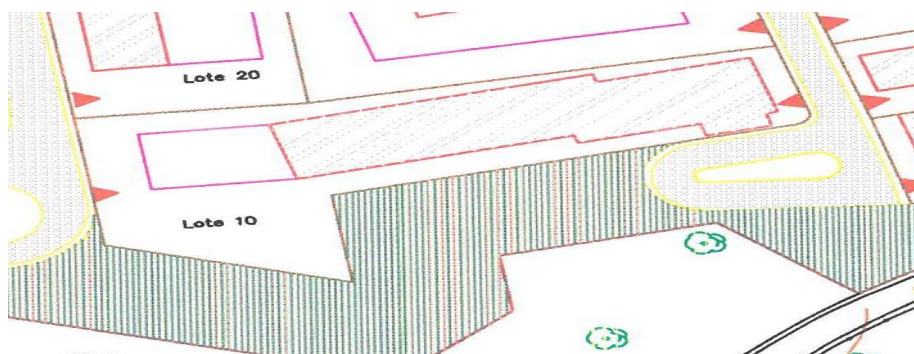
Ou seja, com o Plano em elaboração foi desenhado uma reentrância na implantação do edifício que não corresponde ao edificado pelo que se propõe a sua correcção.

Actual:



**Proposta:**

- Correcção do polígono de implantação;



Como observação final, releve-se que as correcções foram efectuadas na planta de implantação (Desenho nº 1) que inclui o quadro síntese.



**7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Abril de 2011**

Naturalmente, que face ao atrás exposto, se impõe a aprovação das correcções materiais identificadas.

Ainda assim, parece-me adequado que seja solicitado um parecer jurídico “de enquadramento” ao Dr. Edgar Domingues.

**À Consideração Superior**

Maria José O. Carvalho – Eng.<sup>a</sup>  
Chefe de Divisão Obras Particulares  
07 de Abril de 2011

**DESPACHO:**

De acordo

Proceda-se em Conformidade.

Soure 08/04/2011

O Vereador\*

Mário Jorge Nunes

\*Competências delegadas por Despacho do  
Senhor Presidente de Câmara de 06/11/2009

*Deliberado aprovar, por unanimidade, declarar a Correção Material da Planta de Implantação do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Soure, nos termos propostos pela Divisão de Obras Particulares:*

*“Correcção de erros materiais patentes e manifestos, a efectuar na Planta de Implantação do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Soure, decorrentes de défice de diagnóstico e de ponderação da situação existente.*

*Planta de Implantação:*

*Lote 7: Repor o limite entre os dois lotes; correcção da mancha de implantação dos edifícios, das áreas dos lotes e das áreas de implantação e de construção;*

*Lotes 3 e 4: corrigir o limite entre os dois lotes, as áreas dos lotes, as áreas de implantação e as áreas de construção;*

*Lote 10: Correção do polígono de implantação.” -----*

*Esta Declaração deverá ser remetida à Assembleia Municipal. -----*

*7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Abril de 2011*

- . Empréstimo a Médio/Longo Prazo
  - Financiamento de 5 (cinco) Projectos c/ Participação de Fundos Comunitários

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS

“ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL”

**CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A MÉDIO/LONGO PRAZO  
- FINANCIAMENTO DE 5(CINCO)PROJECTOS C/ PARTICIPAÇÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS -**



No dia 04 de Abril de dois mil e onze, sensivelmente pelas quinze horas, reuniu, nos Paços do Concelho, o Júri nomeado por Despacho de 21 de Março de dois mil e onze, no âmbito da contratação do empréstimo em epígrafe.

Estiveram presentes, o Sr. Vereador, Mário Jorge da Costa Rodrigues Nunes, o Sr. Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais, Eng. Mário Fernando Rodrigues Monteiro, e o Técnico – Superior, Dr. Fernando Alfeo Foja de Oliveira Cavacas.

Após a leitura e análise, quer das Propostas, quer do Parecer Técnico elaborado pelo Técnico Superior, Dr. Ivo Gil Antunes Martins da Costa, o Júri entendeu, por unanimidade, recomendar a escolha da proposta apresentada pelo **Banco Espírito Santo**, concretamente pela seguinte alternativa que a mesma comporta:

- Taxa Variável “ Euribor” a três meses, acrescida de um spread de 5,5%, com pagamentos mensais.

**O JÚRI**

VEREADOR, EM REGIME DE PERMANÊNCIA – Mário Jorge da Costa Rodrigues Nunes

CHEFE DE DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS E MUNICIPAIS – Eng. Mário Fernando Rodrigues Monteiro

TÉCNICO – SUPERIOR – Dr. Fernando Alfeo Foja de Oliveira Cavacas

e

“ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL”

**7.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Abril de 2011**

**CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A MÉDIO/LONGO PRAZO  
- FINANCIAMENTO DE 5(CINCO)PROJECTOS C/ PARTICIPAÇÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS -**



**1. ENQUADRAMENTO DO PARECER**

Na sequência do solicitado pelo Júri sobre as Propostas apresentadas, é elaborado o presente parecer técnico.

**2. NUMERAÇÃO DAS PROPOSTAS**

Proposta n.º 1 ..... BES – Banco Espírito Santo  
Proposta n.º 2 ..... CGD - Caixa Geral de Depósitos  
Proposta n.º 3 ..... BPI - Banco Português de Investimento

**3. PAINEL COMPARATIVO DAS PROPOSTAS**

O quadro abaixo evidencia, de forma clara e sintética, as condições essenciais constantes das Propostas dos concorrentes:

*Quadro 1*

	Base	Spread	Comissões
Proposta 1	Variável: Euribor a 3 meses	5,5 %	Isento
Proposta 2	Variável: Euribor a 6 meses	5,5 %	Apresenta Comissão de Acompanhamento
Proposta 3	Ofício de desistência	-----	-----

De acordo com a ambiência legal aplicável, designadamente o D.L. n.º 171/07 de 08/05 e o D.L. n.º 240/06 de 22/12, verifica-se a seguinte análise:

**7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Abril de 2011**

Quadro 2

	Base	Taxa Média	Spread	Taxa de Juro Nominal	Taxa Anual Efectiva
Proposta 1	Variável: Euribor a 3 meses	1,087 %	5,5%	6,587 %	6,789 %
Proposta 2	Variável: Euribor a 6 meses	1,352 %	5,5%	6,852 %	7,071 %

**4. HIERARQUIZAÇÃO DAS PROPOSTAS**

Após a análise comparativa considerada adequada, é nosso entendimento que as Propostas deverão ser classificadas/escaloadas da seguinte forma:

1.º lugar ..... Proposta n.º 1 ... BES - Banco Espírito Santo

2.º lugar ..... Proposta n.º 2 ... CGD - Caixa Geral de Depósitos

**5. FUNDAMENTAÇÃO DA ESCOLHA**

Na avaliação das Propostas, observados todos os aspectos realmente relevantes para apreciação - Base da Taxa de Juro e Spread e Comissões/Encargos -, consideramos que a escolha não suscita dúvidas, uma vez que a Proposta n.º 1 apresenta uma Taxa de Juro inferior à Proposta n.º 2, não tendo quaisquer comissões ou despesas contratuais, ao invés da Proposta n.º 2 que tem uma Comissão de acompanhamento.

Assim, afigura-se-nos que a **Proposta n.º 1 do Banco Espírito Santo** é a mais vantajosa.

**6. RECOMENDAÇÃO**

Face ao exposto anteriormente, recomenda-se a escolha da **Proposta n.º 1 do Banco Espírito Santo**.

Soure, 01 de Abril de 2011.

O Técnico-Superior

(Ivo Costa, Dr.)



Sede | Head Office  
APARTADO 8135  
1802-001 LISBOA  
Telegrams | Cable Address | AGEN  
Telex 12191-BESCLP (Lisboa)  
ou | or 22368-AR  
Swift Address | USBO33

**Montante Global:**

**Formalização:**

**FICHA TÉCNICA**  
**Empréstimo de Longo Prazo**  
**MUNICÍPIO DE SOURE**  
Até 644 217,99 €

Abertura de crédito, a formalizar através contrato de mútuo.



*7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Abril de 2011*

O Senhor Presidente referiu que: “como sabem, na reunião de 17 de Março do corrente ano, aprovámos, por unanimidade, a Contratação de um Empréstimo a Médio/Longo Prazo, para aplicação em Investimentos, no âmbito do Financiamento

***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Abril de 2011***

de cinco Projectos com Comparticipação de Fundos Comunitários, no montante máximo de 75% da Comparticipação Pública...

Nos termos da lei, foi feita uma consulta ao mercado... Agora, na prática, propõe-se que se aprove uma proposta a apresentar à Assembleia Municipal...

Releve-se que dos 6 (seis) Bancos consultados, só dois apresentaram proposta: o Banco Espírito Santo e a Caixa Geral de Depósitos... Independentemente da taxa proposta, a Euribor a três meses ou a seis meses, o Spread foi de 5,5%... Todos percebemos, pela ambiência Nacional e Europeia, o porquê do valor deste Spread... Se formos, por exemplo, aos Empréstimos que temos em vigor, constatamos as seguintes taxas: 1,4%; 2%; 1,1%; 0,86%; 1,6%; 1,65%; 1,08%... e mesmo a do mais recente, o dos dois Centros Escolares, é de 2,38%...

Assim, propõe-se em concreto:

- que se aprove a Contratação do Empréstimo junto do Banco Espírito Santo, de acordo com a recomendação do júri assente num Parecer Técnico que considerou essa proposta como sendo a mais vantajosa;
- que se confirmem poderes ao Senhor Presidente, para Outorga do Contrato, de acordo com as condições constantes na proposta. ”

A Senhora Vereadora Dra. Sónia Vidal referiu que: “em relação a este ponto da Ordem de Trabalhos, embora as Vereadoras do PSD tenham aprovado a Contratação do Empréstimo, face a estes valores e com estas condições, portanto, não é de forma alguma entrar em contradição, mas a nossa posição, neste momento, perante estas condições é a abstenção.”

O Senhor Presidente referiu que: “evidentemente que não nos agradam as condições propostas pelos Bancos... mas, também entendemos que quando estamos a amortizar, só aos Bancos, um milhão de euros/ano... quando está em causa a obtenção de um financiamento de 75% da componente nacional, quando estamos a falar de Contratar um Empréstimo para materializar e tornar exequível a realização de cinco investimentos que perfazem quase quatro milhões de euros... parece-nos uma irresponsabilidade política não aprovar a Contratação deste Empréstimo!!!...

Consideramos que não contratualizar o Empréstimo como forma de apoiar este significativo investimento nestes cinco projectos, seria, de forma pouco ou nada responsável, pôr em causa a realização de investimentos que têm Candidaturas aprovadas e que foram consideradas de interesse Regional, senão não teriam sido aprovadas pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro...

**7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Abril de 2011**

Assim, consideramos uma profunda irresponsabilidade política, que haja sequer a possibilidade de se equacionar o eventual desaproveitamento, inviabilizando a realização destes cinco investimentos, ainda por cima, no quadro difícil que atravessamos....

Portanto, os eleitos pelo PS irão votar a favor da aprovação da Contratação deste Empréstimo junto da Instituição de Crédito que apresentou a proposta mais favorável.”

*Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor dos Senhores Vereadores Eleitos pelo PS e duas (2) abstenções das Senhoras Vereadoras Eleitas pelo PSD, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, bem como conferir-lhe poderes para outorga do contrato, devendo a mesma ser submetida à Assembleia Municipal. ———*

**Ponto 10. APRECIACÃO DO INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS // 2010**

O Senhor Presidente referiu que: “a ambiência legal aplicável obriga a que o Município tenha que apreciar o Inventário, que é o conjunto de Bens e Direitos (os elementos Patrimoniais Activos) e as Obrigações (elementos Patrimoniais Passivos)...

Convirá lembrar que este Inventário diz apenas respeito aos Bens Móveis e Imóveis Municipais, uma vez que os Direitos e as Obrigações estão no Balanço que integra os Documentos de Prestação de Contas.

Releve-se que este é um trabalho de natureza exclusivamente técnica, em que nos dizem, no fundo, quais são os Bens Móveis e os Bens Imóveis Municipais, qual é o seu valor, de acordo com os critérios de valorização contabilística legalmente aplicáveis.

Observe-se também que não obstante o valor das Amortizações efectuadas, ainda assim, o valor global deste Inventário é superior ao do exercício económico do ano anterior...

Assim, propõe-se que se aprove a proposta de Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais // 2010.”

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de Inventário apresentada, devendo a mesma ser submetida à Assembleia Municipal. —————*

**Ponto 11. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS // 2010**

***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Abril de 2011***

O Senhor Presidente referiu que: “quando falamos de Documentos de Prestação de Contas estamos a falar do Balanço, da Demonstração de Resultados, dos Mapas de Execução Orçamental e do Relatório de Gestão...

- Balanço - apresenta um Activo Líquido no valor global de 52.349.976,34 euros... um valor superior ao do ano passado que foi de 50.892.688,80 euros, ou seja, cresceu  $\approx 1.500.000,00$  euros ... Os Fundos Próprios, por sua vez, cresceram também tendo passado para 32.722.587,50 euros... O Passivo voltou a diminuir, excluídas as contas de acréscimos e de deferimento...

- Demonstração de Resultados - desde que entrou em vigor o POCAL, em 2002, este é o nono ano consecutivo em que apresentamos um Resultado Líquido positivo, desta vez no valor de 1.144.657,38 euros... Convirá nunca perder de vista que o nosso objectivo fundamental não é a obtenção de Resultados Líquidos positivos, mas sim, apresentar bons indicadores nos domínios da sustentação institucional e da responsabilidade social... Quando ouvimos dizer que uma das nossas apostas é a descentralização... por exemplo, para as Associações Culturais e Desportivas, Protecção Civil, IPSS... isso é verdade, mas a descentralização, convirá não esquecer, contabilisticamente, é um custo directo do exercício... Quanto mais descentralizamos, pior é o resultado, por mais que se diga que estamos a aplicar recursos para que as Instituições que prestam serviços de utilidade social possam, naturalmente, melhorar a qualidade desses serviços...

- Quadro Resumo de Execução Orçamental - se atentarmos na Receita verificamos que quando estamos a falar do Grau de Execução, isto é, na comparação da Receita que foi Cobrada com a Receita Prevista... Em bom rigor, não deveria ser um Grau de Execução sobre 100% mas, sobre 100% menos os 21,06% da Venda de Bens de Investimento... Com efeito, estes 21%, na prática correspondem a um valor que se destina apenas a dar cobertura à Dívida a Credores que não a Banca... Quando se diz que este ano o Grau de Execução Contabilístico do Orçamento foi de 68,78%, em bom rigor estamos a falar, não de 68,78% em 100%, mas de 68,78% em  $\approx 79\%$ , (os tais 100% menos 21,06%)... Isto é, estamos a falar de um Grau de Execução de 87,13%!!!... Importa assim perceber que 68,78% é um razoável Grau de Execução mas que, em bom rigor, corresponde a 87,13%... sendo que só não se conseguiu uma execução ainda melhor por terem havido derrapagens temporais de investimentos devido ao atraso na aprovação das correspondentes Candidaturas que provocou, naturalmente, atrasos na realização dessas obras!!!...

Se compararmos o Exercício de 2010 com o de 2009, verificamos que no conjunto, quer da Despesa, quer da Receita, houve uma diminuição global de  $\approx 1.500.000,00$  euros...

***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Abril de 2011***

Comparando a Despesa Corrente realizada em 2009 com a realizada em 2010, houve uma diminuição de cerca de 120.000,00 euros... o que, do nosso ponto de vista, é um exemplo concreto e indiscutível de que tem havido uma política de contenção, mais do que evidente!!!...

Um outro indicador importante é a comparação daquilo que foram as Receitas Correntes Cobradas com as Despesas Correntes realizadas... No ano de 2010, tivemos de Receitas Cobradas 9.395.339,89 euros e de Despesas realizadas 8.179.476,48 euros, isto é, a diferença entre as Receitas Correntes e as Despesas Correntes é de  $\approx$  1.216.000,00 euros!!!... “Libertámos” cerca de 400.000,00 euros a mais no diferencial, do que em 2009, ou seja, reforçámos a auto-suficiência orçamental porque não apenas as Receitas Correntes são superiores às Despesas Correntes, como o foram por um valor mais significativo!!!...

Quanto à revisão tarifária que aprovámos em Março e que produziu efeitos sobre os consumos de Abril, ela só teve tradução nas Receitas a partir de Junho, o que significa que apenas tem relevância aqui em sete dos doze meses... Em termos de Água e Lixo, não se traduziu em acréscimos de receitas superiores a 20%, mas ligeiramente inferiores... No caso dos Esgotos, foi bem superior, porque se tratou verdadeiramente de um primeiro lançamento de tarifas...

- Despesas com o Pessoal - Verificamos que o total das Despesas com o Pessoal de 2010, comparado com o de 2009, em termos de Despesas Contabilísticas apresenta um aumento de 43.590,00 euros...

Como sabemos, nos termos da lei, em cada ano, não podemos gastar com Pessoal mais do que gastámos no ano anterior, acrescido dos aumentos justificados... Em 2010, nas Despesas com o Pessoal, tivemos 142.746,00 euros de Despesa de natureza extraordinária, a saber: em termos daquilo que são os pagamentos aos Professores das Actividades de Enriquecimento Curricular pagámos em 2010, ano civil, mais 10.175,00 euros, que em 2009... mais um aumento de 89.200,00 euros de encargos com Saúde, isto é, aquilo que transferimos para a ADSE e aquilo que foram as retenções que nos foram feitas para o Sistema de Saúde... também cerca de 14.000,00 euros na Implementação do SIADAP... em sentenças judiciais tivemos que pagar 43.371,00 euros (uma reclamação dos funcionários da higiene e limpeza de que não lhes teria sido pago adequadamente o subsídio de turno em que havendo dúvidas quanto à legalidade desses pagamentos, foi entendido pagar só depois da sentença judicial)...

No fundo, aumentámos 43.590,00 euros no conjunto das Despesas com Pessoal, mas a verdade é que diminuámos efectivamente  $\approx$  100.000,00 euros porque tivemos

***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Abril de 2011***

cerca de 142.746,00 euros justificados, que não correspondem a Despesas com Pessoal “a mais”!!!...

Trabalho Extraordinário - Não obstante não podermos evitar o trabalho extraordinário nalgumas áreas como, por exemplo: nos Transportes, na manutenção das Infra-Estruturas, no Apoio aos Órgãos da Autarquia... A verdade é que a recuperação que temos vindo a fazer, ao longo dos últimos anos, evidencia o seguinte: o trabalho extraordinário em 2010 voltou a baixar  $\approx$  14.000,00 euros, pois diminuiu de 122.358,00 euros para 108.000,00 euros... Relembramos que, em 2005 as horas extraordinárias atingiram 275.000,00 euros, em 2006 - 231.000,00 euros, em 2007 - 142.000,00, em 2008 - 136.000,00 euros, em 2009 - 122.000,00 euros e em 2010 - 108.000,00 euros... Só em média mensal, em seis anos, passámos de quase 23.000,00 euros/mês para 9.000,00 euros/mês... Comparando com o ano anterior, voltámos a reduzir as horas extraordinárias, em quase 11,23%...

Em termos de movimentação de Pessoal, nos últimos anos, verificamos que, por exemplo, em 2008 entrou um, saíram três; em 2009 entraram cinco e saíram cinco; em 2010 entrou um e saíram três!!!...

- Endividamento - Gostaria de abordar o Endividamento a dois níveis... os valores absolutos e os dos mapas que vão para a Direcção Geral das Autarquias Locais e para a Direcção Geral do Orçamento... Fechámos 2006 com uma dívida de 12.753.186,15 euros; em 2007 - 12.410.545,00 euros; em 2008 - 12.042.278,75,00 euros; em 2009 - 11.967.392,21 euros e em 2010 - 11.958.954,50 euros...

Se formos ver a Dívida Bancária verificamos que ela diminuiu, passámos de 8.737.853,27 euros para 8.003.702,36 euros...

Se formos à Dívida a Credores que não a Banca, ela subiu de 3.229.538,94 euros para 3.955.252,14 euros... Assim, no que toca a valores absolutos conseguimos continuar a diminuir, ainda que ligeiramente, a dívida global!!!...

Importará agora verificar também como é que evoluímos no plano da avaliação que é feita pela Tutela e pela Lei... Há dois Endividamentos, o “Líquido” e o de “Médio Longo Prazo”... O Endividamento Líquido em 01.01.2010 era de 11.130.659,99 euros e o Limite ao Endividamento Líquido era de 11.408.372,98 euros, ou seja, no início do ano, já não tínhamos excesso, tínhamos uma margem de 277.712,99 euros... No final do ano, o Limite Máximo para Endividamento era de 11.408.372,98 euros e o Endividamento Líquido era de 10.899.242,78 euros, o que significa que começámos o ano com uma margem de 277.712,99 euros e terminámos com uma margem de 509.130,20 euros!!!...

### ***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Abril de 2011***

No Endividamento a Médio e Longo Prazo em 01.01.2010, na margem, tínhamos 1.054.633,37 euros e terminámos o ano com uma margem maior, de 1.971.532,98 euros...

Estes são os indicadores de avaliação do endividamento que, trimestralmente, são enviados à Direcção Geral das Autarquias Locais e à Direcção Geral do Orçamento...

- Relatório de Actividades - Prevíamos um investimento na Educação de 14%, terminámos com 14,20%; na Cultura 3,13% - 3,17%; no Desporto e Tempos Livres 9,90% - 9,58%; na Acção Social 3,80% - 3,84%; na Saúde 1,48% - 1,52%... se continuarmos este exercício, área a área, verificamos que, além de termos um bom Grau de Execução de 96,52%, a repartição final é muito semelhante à repartição inicial!!!... Mais uma vez, não apenas tivémos um bom Grau de Execução, no que diz respeito às acções que nos propusémos desenvolver, como mantivémos a repartição inicialmente prevista pelas diferentes áreas de intervenção municipal...

A título de considerações finais, em termos de descentralização, procurámos, não obstante as dificuldades, manter essa aposta... A nossa marca descentralizadora, mesmo num período difícil, está evidente nas transferências para as Juntas de Freguesia e Outras que atingiram um total de  $\approx$  900.000,00 euros (Em 2009, nessas mesmas rubricas tivémos 1.100.000,00 euros)... Mesmo assim, é preciso perceber o seguinte: o conjunto da Despesa de 2010 diminuiu 1.500.000,00 euros comparativamente a 2009... isso significa que, em 2009, o peso relativo dessas transferências de descentralização foi de 7,11%, em 2010 foi de 6,82%... Isto quer dizer que cerca 7% da Despesa Pública foi feita através de transferências para apoio à Cultura, ao Desporto, à Protecção Civil, à Acção Social... o que é uma marca significativa, mesmo em tempo de contenção!!!!...

Se formos ao Mapa do Orçamento verificamos que, em Juros e Outros Encargos tínhamos previsto 166.515,00 euros, pagámos 162.345,59 euros... Em 2009 tínhamos pago 262.000,00 euros...

Estes são indicadores que, a nosso ver, revelam tranquilidade, saúde... Assim, consideramos ter boas razões para continuarmos a ter confiança sustentada no futuro!!!!...

Estamos em condições de insistir na ideia de que continuámos, em 2010, a atingir os principais objectivos: a realização de um razoável nível de investimento público...; a insistência numa lógica evolutiva na repartição desse investimento, com uma marca virada para todas aquelas áreas que têm que ver directamente com as Pessoas e com a sua qualidade de vida...



***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Abril de 2011***

Estamos, assim, em condições de concluir que o Exercício Económico de 2010 permitiu mais um efectivo contributo para que prossigamos o nosso caminho e possamos continuar a afirmar que Soure é um Concelho cada vez mais homogéneo e humanizado!!!!...”

O Senhor Vice-Presidente Dr. Santos Mota referiu que: “em relação a estes Documentos de Prestação de Contas, o Senhor Presidente da Câmara já deu uma explicação detalhada e clarificadora. Ao analisarmos o Quadro Resumo de Execução das Grandes Opções do Plano, verificamos que foram feitos investimentos em todas as áreas, todas elas são da maior importância social e, naturalmente, conduzem a uma melhoria da qualidade de vida da população do nosso Concelho.

Em relação ao Endividamento e às Despesas com Pessoal, estamos bem, ou seja, estamos aquém dos limites definidos/estipulados por Lei.

No que diz respeito ao Grau de Execução Orçamental e ao Grau de Execução das Grandes Opções do Plano, constatamos que os resultados são muito positivos, até poderemos dizer que são excelentes.

Em suma, os Documentos de Prestação de Contas reflectem uma gestão cuidada, muito rigorosa mas, em parte, também ambiciosa.

Tendo em conta que não podemos fugir à realidade em que vivemos, a um contexto de dificuldades com redução das Receitas por parte do Estado.

Só me resta felicitar o Senhor Presidente da Câmara pelos resultados muito positivos apresentados neste Documento de Prestação de Contas.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “este conjunto de Documentos apresenta de forma clara, exhaustiva, transparente e, como sempre, muito bem explanada pelo Senhor Presidente da Câmara, o Exercício Económico de 2010, que é revelador de uma gestão saudável e equilibrada, numa ambiência de escassez de recursos, mas com total respeito pelos limites de endividamento, conseguindo até uma margem bastante confortável.

Continuámos a promover investimento público de forma humanizada, isto é, um investimento sempre direccionado para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e assegurando sempre que o mesmo fosse duplamente equilibrado, repartido pelas diferentes áreas e com intervenções nas doze Freguesias do Concelho.

Continuámos também a apostar na marca da descentralização, estimulando o dinamismo das comunidades e, como sempre diz o Senhor Presidente da Câmara,



***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Abril de 2011***

mobilizando vontades e rentabilizando recursos. Esta estratégia tem conduzido invariavelmente a uma ambiência de paz social que se vive no Concelho de Soure, o que faz dele uma referência nos mais diversos domínios. Este é, naturalmente, o resultado da implementação de medidas que são atempadamente projectadas, procurando que elas sejam soluções para os problemas detectados e que têm uma característica, que considero fundamental: são medidas sempre a pensar nas pessoas e na melhoria do seu bem-estar. Naturalmente, por isso, só posso votar favoravelmente estes Documentos de Prestação de Contas.”

O Senhor Vereador Mário Jorge Nunes referiu que: “estamos a aprovar a segunda Prestação de Contas deste Mandato e fico satisfeito com este desempenho do Município. Conhecendo as Contas, tendo uma especial preocupação sobre a forma como o Município há-de ter as suas Receitas e de onde é que elas provêm e pela forma como as aplica no desenvolvimento do Concelho, fico satisfeito por o Senhor Presidente conseguir apresentar a este Executivo, pelo nono ano consecutivo, obra, acção directa junto das pessoas e resultados positivos. Embora o Município não seja uma empresa e não tenha como fim, em si próprio, ter resultados positivos, aqui os resultados positivos são traduzidos em duas vertentes: na vertente social que é prestar um serviço às pessoas e na vertente da riqueza do próprio Município que se tem vindo a acumular como provam os valores.

O desempenho financeiro é evidente, quer pelo próprio aumento dessa riqueza do balanço em cerca de 2.000.000,00 euros, o que é significativo para aquilo que é a nossa dimensão. Essa contabilidade é dada pela Demonstração de Resultados e pela Execução daquilo que foi a proposta do Plano e do Orçamento.

O ano de 2010 foi um ano difícil, todos estarão recordados que face à primeira versão do Orçamento de Estado, a expectativa era uma, houve uma rectificação do Orçamento de Estado, no primeiro semestre de 2010, que nos retirou valores significativos relativamente à expectativa inicial e depois a execução do chamado PEC II, PEC III onde outros ajustamentos criaram situações que a própria situação internacional e a própria situação do país levou, nomeadamente, a que tivéssemos mais custos...

Não foi por culpa da capacidade financeira da Câmara Municipal que as obras que estavam programadas tivessem andado mais depressa ou mais devagar, foram por factos alheios à capacidade da Câmara Municipal em executar essas obras, nomeadamente algumas falências de empreiteiros, atrasos nas reprogramações de Candidaturas co-financiadas... A Câmara Municipal, pelos números que estão aqui

***7.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 14 de Abril de 2011***

espelhados, teria capacidade para ter tido a mesma dinâmica de obra e ter chegado ao fim deste exercício com mais obra executada...

Os Centros Escolares ficaram integralmente pagos, por parte do Município, no dia 30 de Julho de 2010 e ainda temos 5% a receber, estando toda a documentação entregue, portanto, logo aqui esses 5% teriam dado ainda um sinal mais positivo a estes números.

Nós, no Executivo em Permanência, temos uma visão do conjunto e acompanhamos, da parte do Senhor Presidente, a sua preocupação em ter uma execução equilibrada da proposta inicial e com as devidas correcções, chegar-se a este resultado. Confesso que, numa fase em que não conhecia a forma de funcionar do Município, muitas vezes, tinha opinião divergente sobre a forma como eram feitas as pequenas alterações ao Plano e ao Orçamento... Hoje percebo que tudo isto tem um equilíbrio fundamental, tendo em conta uma orientação política, porque não pode haver áreas privilegiadas de actuação do Município... É curioso que chegámos ao fim do exercício e as divergências não são rigorosamente nenhuma ou são irrelevantes...

Dar aqui um voto de satisfação ao Senhor Presidente, pela forma como conduziu mais este exercício de 2010. Penso que o Município está todo de parabéns, tendo em conta a contingência que foi o próprio ano de 2010, pelos resultados que apresenta.”

A Senhora Vereadora Dra. Márcia Travassos referiu que: “em nome da Bancada do PSD, resta-me agradecer a forma esclarecedora como o Senhor Presidente apresentou o exercício económico que está, neste momento, à votação, mas, como sempre, sublinho que sendo este um documento de natureza política que legitima o Mandato actual, a posição do PSD será a abstenção.”

*Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor dos Senhores Vereadores Eleitos pelo PS e duas (2) abstenções das Senhoras Vereadoras Eleitas pelo PSD, aprovar os Documentos de Prestação de Contas/2010, devendo os mesmos ser submetidos à Assembleia Municipal. -----*

-----